

ANÁLISE ESPACIAL DA VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO*

IGNACIO CANO

Nos últimos anos a violência tem sido, cada vez mais, estudada como um problema epidemiológico e de saúde pública. Este interesse da epidemiologia pela violência tem crescido paralelamente ao surgimento desta última como uma das principais causas de mortalidade entre a população jovem. Este fenômeno é particularmente marcante na América Latina.¹ Vinculada a este enfoque epidemiológico está a noção de 'fatores de risco' que visa, em último caso, não apenas a compreensão da etiologia do problema, mas também a sua prevenção. O risco pode ser entendido como a probabilidade de sofrer um mal; neste caso, de sofrer violência. Tal probabilidade não é homogênea nem para os diferentes grupos sociais nem para as distintas áreas de um território. É nesta heterogeneidade, porém, que reside a esperança de poder compreendê-la melhor e, num segundo momento, de preveni-la.

* Este artigo está baseado em pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), coordenada pelo autor e que contou com a colaboração dos pesquisadores Fernanda Fernandes de Souza, Márcio Souza Pinto e Pedro Simões. O projeto foi financiado com fundos do Ministério da Justiça, dentro do Projeto Mapas de Risco da Violência, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do projeto Magnitude e Custos da Violência no Rio de Janeiro e, ainda, do Humanities Scholarship Program, da Fundação Rockefeller.

Agradecimentos a Américo Brandão de Carvalho, da secretaria de polícia civil do RJ, a Cláudio Pompeiano Noronha e a Rosanna Iozzi da Silva, ambos da secretaria municipal de saúde.

¹ Ver LÓPEZ (1993).

Como violência entendemos o dano físico 'intencional' que uma pessoa causa sobre outra ou a ameaça do mesmo. Ficaram de fora outros tipos de morte por causas externas, como os suicídios e as mortes acidentais que em muitas ocasiões são incluídas dentro da categoria de 'mortes violentas'. Da mesma forma, ficou também excluída toda violência que não tenha um componente físico, como a chamada 'violência emocional ou psicológica'.

O presente estudo tem como objetivo o mapeamento do risco de violência nas distintas áreas da cidade de Rio de Janeiro, isto é, a análise da distribuição espacial da violência no município. Esta visão territorial possibilita o exame simultâneo de outras dimensões que também se distribuem espacialmente e que têm uma influência sobre o nível de violência. Entre estas, a dimensão mais importante é a socioeconômica. Neste sentido, é importante saber se um maior nível socioeconômico está ou não associado a um menor risco de sofrer violência, questão que, na atualidade, ainda provoca controvérsias.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A primeira reflexão que podemos fazer é que um mapeamento como este demanda, mais do que informação sobre o volume exato da violência na cidade, dados que possibilitem a comparação precisa entre as diferentes áreas. Portanto, a validade e a confiabilidade desta informação relativa entre áreas pode e deve ser privilegiada em relação à obtenção de indicadores exatos sobre o conjunto total.

A noção de risco nos remete diretamente ao conceito de taxa, muito usual em demografia. Uma taxa é uma razão entre dois conjuntos de pessoas. No numerador temos o conjunto de pessoas que sofreram um fenômeno ou experimentaram um evento durante um certo tempo; no denominador aparecem as pessoas que estiveram expostas a sofrer este fenômeno nesse mesmo período. No caso de um evento negativo, como a violência, um quociente mais alto indica um perigo maior. Da mesma forma, um quociente mais baixo revela que menos pessoas expostas chegaram a sofrer o problema e, portanto, um perigo menor. Para que a taxa seja corretamente calculada, o denominador deve coincidir exatamente com o número de pessoas submetidas ao risco do evento contabilizado no numerador. Em outras palavras, não deve ficar fora do denominador nenhuma pessoa submetida ao risco, como também não deve estar contabilizada nele nenhuma pessoa não submetida ao mesmo.

Em conseqüência, o objetivo pareceria ser a obtenção de indicadores ou taxas de risco para cada uma das unidades geográficas consideradas, com o propósito de analisar a distribuição espacial dos mesmos. Esta primeira fase descritiva daria passo a uma segunda, mais analítica, na qual os indicadores do risco de violência seriam correlacionados com outras variáveis mensuradas nas mesmas unidades geográficas.

Vários problemas são comuns na implementação desta estratégia metodológica:

- Em muitas ocasiões, os registros do numerador – pessoas que sofreram a violência – e do denominador – pessoas expostas à violência – provêm de fontes diferentes. Por exemplo, os delitos registrados em cada área vêm de fontes policiais, Enquanto os índices de popu-

lação residente nessas mesmas áreas é obtido através de fontes censitárias (IBGE). Estas informações de diferentes fontes possuem com frequência características diversas e, ainda mais importante, foram coletadas em relação a áreas geográficas também desiguais. A falta de coincidência entre as divisões geográficas supõe um problema sério, na medida em que se o numerador e o denominador estão referidos a áreas diferentes, o cálculo das taxas se torna impossível ou, no mínimo, altamente problemático. Especificamente, os dados policiais são coletados por áreas correspondentes às delegacias policiais, enquanto os dados de população existem apenas por divisões censitárias (regiões administrativas, bairros, ou setores). É difícil os pesquisadores terem acesso a um nível de desagregação dos dados numa das fontes que permita a recomposição de áreas iguais às usadas nos registros de outra fonte. Na prática, por exemplo, isso significaria que poderíamos obter a informação policial com um nível de desagregação que permitisse calcular a população da área geográfica atendida por cada delegacia, o que corresponderia a cada setor censitário. Na ausência desta opção, os pesquisadores decidem, às vezes, encaixar uma das divisões na outra, atribuindo cada área de um registro àquela do outro registro com a qual compartilha mais território. Este procedimento introduz erros de estimação de magnitude em geral desconhecida e obriga a usar um alto nível de agregação, isto é, a usar áreas muito grandes para tentar reduzir este erro.

- Quando queremos calcular o risco de violência numa área, podemos fazê-lo a partir de duas perspectivas:
 - o risco segundo a residência das vítimas: o risco de sofrer violência para pessoas que moram nessa área, independentemente de onde se produza essa violência;
 - o risco segundo a ocorrência dos fatos violentos: o risco de sofrer violência para pessoas que vivem ou transitam numa determinada área, independentemente de onde morem.

Em alguns casos as diferenças entre ambos enfoques seriam pequenas, já que moradores e transeuntes coincidiriam em grande medida. No entanto, nem sempre isto ocorre. Por exemplo, o centro comercial e de serviços de uma cidade normalmente conta com poucos residentes e muitos transeuntes. As taxas seriam então muito diferentes se fossem calculadas usando determinada população ou uma outra no denominador (pessoas expostas ao risco).

A preferência por cada uma dessas opções tem vantagens e desvantagens. Por um lado, poderia parecer mais intuitivo escolher a segunda opção, ou seja, analisar a violência relacionando-a ao local onde ela realmente acontece. Porém, os registros de população se limitam, em geral, à população residente e por isso é muito difícil obter registros de população transeunte em cada área. Da mesma forma, as outras variáveis com as quais desejaríamos correlacionar a violência estão medidas também em relação à população residente. Nos restringir à população transeunte impossibilitaria qualquer outra análise neste sentido. Por outro lado, os registros policiais estão referidos ao lugar onde aconteceu o crime, isto é, à população transeunte, e portanto não podem ser utilizados para elaborar taxas conjuntamente com os dados censitários.

- A unidade de análise e o nível de agregação, ou seja, o número e o tamanho das áreas consideradas, é questão fundamental. Pode-se tanto optar por calcular taxas e elaborar

mapas que contemplem apenas umas poucas unidades geográficas de grande extensão, como também optar-se por trabalhar com muitas unidades geográficas de extensão reduzida. O tipo e a qualidade dos dados disponíveis serão obviamente alguns dos fatores determinantes na escolha, mas não os únicos.

Por um lado, quanto maior a desagregação, mais detalhada será a descrição da distribuição espacial da violência e uma maior precisão terá a análise de sua relação com outras dimensões. As unidades menores apresentarão uma maior homogeneidade interna em termos tanto de incidência da violência quanto de outras variáveis. Como exemplo, se escolhermos o bairro como unidade de análise, devemos lembrar ainda que um único bairro pode conter realidades muito diferentes em seu universo, como favelas, condomínios de luxo etc. Os níveis de violência podem divergir muito entre os diferentes habitats de um mesmo bairro, o mesmo ocorrendo com o nível socioeconômico. Portanto, os valores de cada variável para esta unidade geográfica funcionarão, na prática, como médias de situações muito heterogêneas. Em consequência, o estudo da relação entre violência e *status* socioeconômico mensurado a este nível de agregação conterà um alto grau de imprecisão.

Por outro lado, quando a unidade espacial e a população considerada dentro dela forem pequenas, pode acontecer de o número de pessoas vitimadas ser muito baixo. Neste caso, as taxas calculadas com numeradores pequenos apresentam uma alta instabilidade e um baixo grau de confiabilidade.

Como exemplo, poderíamos escolher o setor censitário como unidade geográfica com um alto grau de homogeneidade interna. Mas se estivermos analisando homicídios, o número de pessoas assassinadas dentro de cada setor seria muito baixo e, assim, uma morte a mais ou a menos teria um impacto decisivo sobre a taxa calculada. Tais taxas seriam então muito instáveis e pouco confiáveis.

Em resumo, deve-se chegar a um ponto de equilíbrio entre o objetivo da homogeneidade da unidade de análise e a precisão da medida, por um lado, e a estabilidade e confiabilidade das taxas, por outro. A unidade geográfica escolhida deve ser suficientemente pequena para ser relativamente homogênea e suficientemente grande para apresentar um número de casos necessariamente alto para o cálculo de taxas estáveis.

- A informação de fontes policiais sempre contém um certo grau de sub-registro, pois mostra apenas os casos registrados pelos cidadãos na polícia, deixando de fora aqueles que as vítimas preferem omitir das autoridades por diversos motivos (consequências menores, dificuldades para punir as vítimas ou recuperar o que foi roubado, falta de credibilidade no aparelho policial e judiciário etc.). Este grau de sub-registro varia de lugar para lugar e de instante a instante, sendo bem maior para alguns tipos de crimes violentos do que para outros. Tradicionalmente, a violência mais extrema, aquela que lesiona o direito à vida – o homicídio –, é a que apresenta um nível de sub-registro menor, enquanto outros tipos de violência, de menores consequências (brigas domésticas, por exemplo), possuem um nível maior.

A forma clássica de contornar este problema é a de recorrer a pesquisas de vitimização da população residente, nas quais se pergunta diretamente aos cidadãos sobre a violência que sofreram num certo período. Contudo, tais pesquisas, devido a seus altos custos, são rea-

lizadas com uma amostra da população e não com o conjunto da mesma. Isto significa que apenas estariam disponíveis os dados de algumas unidades geográficas (alguns setores censitários), o que não nos permitiria, no presente caso, apresentar dados descritivos sobre a totalidade do espaço considerado, nem desenhar mapas com estes resultados.

Estas considerações devem ajudar a entender o marco metodológico em que o trabalho se inscreve e as decisões específicas que serão explicadas em cada caso.

FONTES UTILIZADAS

Basicamente, são quatro as fontes usadas:

- Certidão de óbito do Ministério da Saúde – contém a causa da morte e, também, se o óbito foi produto de homicídio. Esta informação foi obtida diretamente da secretaria de saúde da prefeitura do Rio de Janeiro, encarregada de coletar e analisar esses dados.

Desde 1996 a informação sobre o bairro e a Região Administrativa da residência da vítima tem sido adicionada a um banco de dados informatizado. Em anos anteriores, os critérios variavam. Para calcular taxas em relação à população conhecida – a população residente –, optamos pela informação do ano 1996, que continha dados sobre a residência da vítima. Portanto, calcularemos as taxas de homicídio, por unidade geográfica, para o referido ano.

Estes dados fazem referência a 'homicídio declarado', supondo intencionalidade do autor e deixando de fora os acidentes. Existe outra categoria, denominada 'mortes de intencionalidade ignorada', não considerada aqui, parte da qual deve corresponder também a homicídios intencionais. Portanto, o registro de 'homicídios declarados' implica subestimação do fenômeno real.

É importante lembrarmos que a categoria homicídio não é definida em termos legais, mas é preenchida pelo médico que elabora a certidão de óbito, em relação à informação que tem disponível e às características do cadáver.

- Registros de ocorrência da Polícia Civil do Rio de Janeiro – a secretaria de polícia civil do estado elabora planilhas de resumo anual contendo o número de registros relacionado a delitos, referente a cada delegacia, e o número de pessoas envolvidas em cada um deles. Usamos os dados referentes a 1995, último ano para o qual as planilhas estavam disponíveis. Escolhemos as 38 delegacias que cobrem o município de Rio de Janeiro e, para cada uma, levamos em conta três tipos de delitos:
 - homicídio doloso: categoria legal correspondente aos homicídios intencionais. Os homicídios acidentais são denominados 'homicídios culposos' e não foram considerados. Foi registrado o número de vítimas que sofreu este crime. Esta classificação da polícia responde a critérios internos que têm mais a ver com o mundo legal e, portanto, não coincide necessariamente com a definição de 'homicídio declarado', do Ministério da Saúde. Contudo, os registros policiais não correspondem estritamente à

definição jurídica e possuem particularidades próprias. Por exemplo, se um policial mata uma pessoa em um confronto armado, isto não será registrado como homicídio, mas provavelmente como um 'auto de resistência', escapando assim de nossa contabilidade. Isto acontece apesar do fato de que um caso deste tipo constitui legalmente um 'homicídio doloso', mesmo que depois possam apreciar-se excludentes da criminalidade (legítima defesa etc.);

- lesões dolosas: causadas intencionalmente à vítima. Novamente, excluímos as lesões não-intencionais ou 'culposas' (atropelamentos, colisões etc.) e registramos apenas o número de pessoas que sofreu este tipo de crime;
- roubos: foram ignorados os 'furtos', que são os atentados ao direito de propriedade realizados, por definição, sem violência. Os dados incluem 12 diferentes tipos de roubo (em veículo, de veículo, de residência, de banco etc.) que foram somados conjuntamente para se obter um total global. A polícia registra, neste caso, o número de ocorrências, e não o de vítimas, acontecidas em cada delegacia. Como uma ocorrência pode ter mais de uma vítima, isto dificultaria a elaboração de taxas.

Existiam outros delitos que também indicavam um alto grau de violência, como o estupro por exemplo, porém o número de ocorrências registradas era muito baixo para se poder realizar uma análise espacial confiável. Os delitos escolhidos, além de serem claros indicadores de violência, incluem um número relativamente elevado de casos registrados por delegacia.

Em geral, tais registros implicam subestimação do problema real por várias razões: os casos relatados à polícia têm sempre um certo grau de sub-registro, especialmente nos delitos de lesões e de roubos; as referidas planilhas de dados desprezam os casos das delegacias especializadas, que não têm uma divisão espacial mas cobrem a totalidade do território estatal; e, como já foi explicado, alguns casos de homicídios – por exemplo, os cometidos pela própria polícia –, não são registrados como tais.

- Censos de 1991 e de 1996, do IBGE – a realização desta contagem nos permitiu obter a população residente, por grupo de idade, para cada bairro e cada Região Administrativa em 1996, informação fundamental para a elaboração de taxas relativas a esse período.

Em vista disso, o levantamento dos dados para cada setor censitário tomou possível o cálculo de indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento urbano para alguns setores escolhidos e, agregando os setores, para cada bairro e cada Região Administrativa. Infelizmente, os dados censitários são de 1991, enquanto os da violência são de 1994 em diante. Porém, os dados de estrutura social são relativamente estáveis e não devem ter se alterado significativamente nesses últimos cinco anos. Por isso, optamos por considerá-los literalmente, ao invés de proceder a complicadas extrapolações.

- Pesquisa de vitimização elaborada pelo CPDOC (da Fundação Getúlio Vargas) e pelo ISEI – na primeira fase desta pesquisa por amostra, em fins de 1994 e início de 1995, foi realizado amplo levantamento para localização de pessoas vitimadas. Perguntou-se aos moradores de cada domicílio selecionado, se haviam sido vítimas de algum crime naqueles três últimos meses ou naquele ano, sobre cinco tipos de vitimização. O universo

correspondia ao conjunto dos habitantes do chamado Grande Rio, com 16 ou mais anos de idade. No total, foram coletadas informações sobre mais de 13 mil pessoas, dos quais 8.061 residentes no município de Rio de Janeiro, correspondentes a 102 setores censitários. Esta informação foi agregada com o intuito de obter um indicador para cada setor e, assim, poder comparar a vitimização com outras variáveis medidas também em nível de setor censitário. Para nossas análises foram considerados os dados de vitimização da pesquisa, deixando de lado os dados sobre os últimos três meses, com intenção de se obter cifras e taxas anuais, além de também se ter maiores totais.

Dos vários tipos de vitimização indagados, foram escolhidos dois indicadores:

- roubos/furtos: cada um destes dois itens foi inserido separadamente na pergunta, mas preferiu-se incluir ambos no indicador devido ao fato de muitas pessoas não conhecerem exatamente a diferença entre os dois termos e, assim, erroneamente, chamarem furto de roubo e vice-versa. No caso dos registros policiais é a própria polícia quem faz a classificação, conseqüentemente podendo esta ser considerada confiável. Por isso, nesses registros policiais apenas levamos em conta os roubos e, aqui, consideramos roubos ou furtos indistintamente.
- agressão: a interpretação do que seja este tipo de vitimização corre, novamente, por conta do entrevistado, mas confiamos que a compreensão desta palavra seja relativamente consensual em termos de violência física.

Os outros tipos de vitimização não implicavam diretamente violência; ou apresentavam totais muito mais baixos ou não eram de compreensão inequívoca por parte dos entrevistados.

O NÍVEL DE AGREGAÇÃO: A UNIDADE ESPACIAL

Basicamente, foram usadas quatro unidades espaciais neste estudo:

- o setor censitário: usado como unidade espacial nas análises referentes à pesquisa de vitimização, para poder correlacionar seus dados com a informação do Censo. Como a pesquisa, inclui apenas 102 do total de 6.346 setores no município do Rio; não faz sentido tentar agregar tais setores em unidades maiores, nem tentar elaborar um mapa com eles, por serem tão poucos;
- o bairro: os dados do Ministério da Saúde sobre a residência das vítimas de homicídio foram obtidos neste nível de agregação. Os dados censitários também puderam ser reconstruídos a este nível para a elaboração de taxas. O município do Rio de Janeiro conta com um total de 153 bairros, o que significa um nível de desagregação bastante razoável para as análises espaciais e correlacionais com outras variáveis. No entanto, o número de homicídios obtidos em cada bairro é às vezes muito baixo, especialmente naqueles menos populosos, implicando isto no fato das taxas serem instáveis. Não fosse este problema, o bairro apresentaria o nível de agregação ideal para a maioria das análises;

- a Região Administrativa: O município do Rio de Janeiro está dividido em 26 Regiões Administrativas. Todos os dados obtidos na unidade anterior (bairro) – vítimas de homicídio, dados censitários etc. – podem ser facilmente agregados para a Região Administrativa, já que os bairros se encaixam exatamente na estrutura destas últimas.² O mapeamento por RA oferece um menor grau de detalhe do que o do bairro, em compensação os totais para cada unidade são obviamente mais altos, o que proporciona maior estabilidade e confiabilidade aos indicadores. Em conseqüência, o valor analítico das taxas por RA é superior ao das taxas por bairro;
- a delegacia policial – o município conta com 38 delegacias, além das especializadas, cada uma das quais atendendo a um determinado território. Visto que as divisões espaciais das delegacias não coincidem nem encaixam com nenhuma outra divisão administrativa (RA, bairro etc.), os dados policiais serão apresentados segundo sua própria organização espacial. Infelizmente, a ausência das populações submetidas a risco impede a elaboração de taxas, razão pela qual estes dados possuem um valor mais indicativo e ilustrativo do que propriamente analítico.

RESULTADOS

• Os Dados do Ministério da Saúde

• A magnitude da violência

Como já vimos, estes dados se limitam à violência mais extrema e sua conseqüência mais negativa, o atentado contra a vida. Porém, mesmo que estes registros façam apenas referência aos homicídios, são os melhores no sentido de que dispõem da informação da residência das vítimas para todos os casos, o que possibilitará a elaboração de taxas e mapas para a totalidade do espaço urbano. Por sua vez, isto permitirá análises correlacionais com as variáveis socioeconômicas.

Durante 1996, a secretaria municipal de saúde registrou 3.838 mortes classificadas como 'homicídio declarado'. Esta cifra inclui tanto as mortes acontecidas no próprio município quanto as mortes de residentes no município acontecidas fora dele. Quanto à população, a contagem de 1996 apresentou um total de 5.551.538 habitantes residentes. Isso revela uma taxa de homicídio de 69 por cada 100 mil habitantes, referente àquele ano, o que constitui um valor muito alto, bem acima dos níveis gerais do País, sendo superado apenas em alguns lugares de nosso continente (Colômbia e El Salvador, em particular).

Dos 3.838 homicídios registrados, 3.534 (92%) correspondiam a vítimas pertencentes ao sexo masculino. O típico perfil da vítima é a de uma pessoa jovem, como se pode constatar na Tabela 1, a seguir.

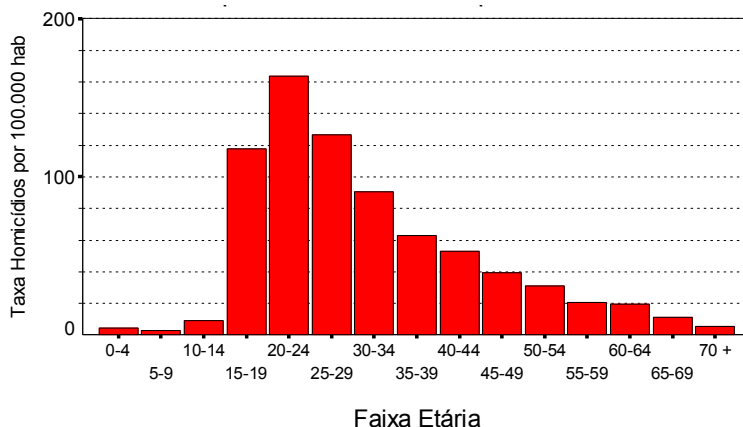
² Nota dos Organizadores: sobre este ponto – coincidência dos limites das regiões administrativas, bairros e setores censitários –, remetemos o leitor ao capítulo 8 deste livro.

TABELA 1 – Número de homicídios, população e taxa de homicídios por grupos de idade, no município do Rio de Janeiro – 1996

Grupo de Idade	Número de Homicídios 1996	População 1996	Taxa de Homicídios (Homic./População)
0 a 4 anos	18	407.181	4,4
5 a 9 anos	11	418.225	2,6
10 a 14 anos	43	461.395	9,3
15 a 19 anos	570	484.138	117,7
20 a 24 anos	768	468.654	163,9
25 a 29 anos	565	446.028	126,7
30 a 34 anos	423	466.036	90,8
35 a 39 anos	283	448.925	63,0
40 a 44 anos	218	412.402	52,9
45 a 49 anos	135	343.054	39,4
50 a 54 anos	85	273.959	31,0
55 a 59 anos	48	232.691	20,6
60 a 64 anos	41	209.043	19,6
65 a 69 anos	20	179.602	11,1
70 anos e mais	15	283.150	5,3

Fonte: IBGE / Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Como se pode observar no Gráfico 1, o risco de homicídio é pequeno na faixa infantil, aumentando substancialmente na faixa da adolescência até chegar a seu pico, no grupo compreendido entre 20 e 24 anos. A partir daí, o risco vai decrescendo continuamente junto com a idade, até voltar a ser bem menor na faixa da idade avançada.

GRÁFICO 1 – Taxa específica de homicídio por idade da vítima

Fonte: IBGE / Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Isto deve ser levado em conta na hora de comparar unidades espaciais entre si quanto ao risco de violência. Visto que o risco é muito maior para os jovens, uma área poderia apresentar taxas globais superiores a outra simplesmente por ter uma maior proporção de jovens que a segunda, apesar do fenômeno da violência se manifestar com igual intensidade nas duas. Assim, bairros com populações mais envelhecidas tenderiam a obter taxas mais baixas apenas por esta causa. Para evitar o efeito da estrutura por idades nas taxas, optou-se por usar taxas específicas em lugar da taxa global. Concretamente, calculou-se a taxa de homicídios estimada para populações entre 15 e 34 anos de idade, dividindo-se o número de vítimas assassinadas neste grupo etário entre a população com esta mesma idade. Do total de 3.838 vítimas de homicídio registradas, 2.326 tinham entre 15 e 34 anos. Assim, este grupo representa mais de 70% do total, o que é importante, na medida em que os números totais altos permitirão a decomposição geográfica, mantendo cifras relativamente altas no numerador. Em resumo, este indicador, além de ser mais preciso e refinado, conserva a maioria dos casos. A população situada entre 15 e 34 anos, no município do Rio, em 1996, totalizava 1.864.856 de pessoas. Por conta disto, a taxa de homicídio para esta população era de 124,7, valor que impressiona. Isto significa que de cada 1.000 jovens cariocas, mais de um será assassinado a cada ano.

O objetivo então é calcular esta taxa específica de homicídio para cada uma de nossas divisões geográficas.

Começemos pelo bairro, que é a mais detalhada com que contamos. Das 2.326 pessoas assassinadas, com idades entre 25 e 34 anos, 86% tinham informação sobre o bairro de residência no banco de dados da secretaria municipal de saúde, o que supõe uma perda de 14% dos casos. A decomposição dos homicídios por bairro de residência das vítimas mostra que apenas 15 dos 153 bairros possui um número de vítimas de homicídio superior a 30. Quase a metade dos bairros, 74 no total, não chega sequer a 10 vítimas. Nestas condições, o cálculo de taxas produziria valores muito instáveis em consequência do reduzido número de casos. Uma morte a mais ou a menos num bairro com 10 mortes teria um impacto de 10% sobre a taxa em questão. Em consequência, é preferível deixar de calcular as taxas neste nível geográfico e recorrer ao nível superior, a Região Administrativa, que nos permitirá contar com um número maior de casos.

O procedimento seguinte consiste, então, em analisar as mesmas taxas específicas de homicídio por Região Administrativa com o objetivo de, como dito anteriormente, obter totais maiores e índices mais confiáveis. Do total de 2.326 pessoas registradas como vítimas de homicídio entre os 15 e os 34 anos de idade, 2 mil contavam com a RA de residência na base de dados da secretaria municipal de saúde. Isto significa uma perda de menos de 14% do conjunto de casos, parte da qual devido às pessoas que morreram no município, mas não eram residentes nele; a outra parte é produto de uma perda real da informação. Somente Paquetá, onde a Região Administrativa coincide exatamente com o bairro, continua com uma população de referência inferior a 10 mil pessoas nessa faixa etária. Portanto, não calculamos a taxa neste caso e, no mapa, Paquetá aparecerá em branco.

As taxas por RA são apresentadas na Tabela 2 e, especialmente, no Mapa 1, a seguir.

TABELA 2 – Taxa estimada de homicídios para residentes com idade entre 15 e 34 anos, por Região Administrativa

Código	Região Administrativa	Homicídios	População	Taxa Homicídio
		15-34 Anos	15-34 Anos	Por 100 Mil Hab.
1	Portuária	18	13.913	129,4
2	Centro	14	13.365	104,8
3	Rio Comprido	51	27.911	182,7
4	Botafogo	26	75.866	34,3
5	Copacabana	32	48.267	66,3
6	Lagoa	26	72.975	35,6
7	São Cristóvão	57	25.230	225,9
8	Tijuca	52	53.801	96,7
9	Vila Isabel	62	55.583	111,5
10	Ramos	140	104.644	133,8
11	Penha	117	100.630	116,3
12	Inhaúma	77	66.531	115,7
13	Méier	120	120.740	99,4
14	Irajá	70	66.399	105,4
15	Madureira	166	117.430	141,4
16	Jacarepaguá	126	155.841	80,9
17	Bangu	308	217.133	141,8
18	Campo Grande	154	148.881	103,4
19	Santa Cruz	147	98.763	148,8
20	Ilha do Governador	45	69.257	65,0
21	Paqueta	1	784	—
22	Anchieta	68	51.685	131,6
23	Santa Teresa	17	14.765	115,1
24	Barra da Tijuca	16	46.670	34,3
25	Pavuna	78	70.948	109,9
26	Guaratiba	12	26.844	44,7

Fonte: IBGE / Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

MAPA 1 – Taxa estimada de homicídio para residentes de 15 a 34 anos, por região administrativa



Fonte: Certidões de óbitos de janeiro a outubro de 1996 – Ministério da Saúde / Censo IBGE, 1991.

Observamos ser alta a dispersão da distribuição das taxas, mostrando existir grandes diferenças entre cada área. O risco relativo de morte violenta é até quase sete vezes mais alto nas áreas mais perigosas em relação às mais tranquilas.

O Mapa 1 mostra que os residentes da zona sul são os que apresentam menor risco de serem vítimas de homicídio, formando uma orla costeira relativamente calma, desde Botafogo à Guaratiba. Por sua vez, são os residentes do norte do município os que correm o maior perigo. Esta faixa de alto risco segue de oeste a leste por todo o norte, desde Santa Cruz até o Centro. As taxas mais altas se encontram no Rio Comprido e, sobretudo, em São Cristóvão. Esses dados são preocupantes. São Cristóvão possui uma taxa bruta de homicídio (considerando o conjunto da população) de 99,5 por 100 mil, podendo se comparar aos lugares mais violentos e perigosos de nosso continente.

- **A relação entre violência e *status* socioeconômico**

Seria desejável realizar uma análise espacial considerando-se o setor censitário como unidade de agregação, devido a sua alta homogeneidade em termos socioeconômicos. O setor é, de fato, a área geográfica mínima para a qual o IBGE fornece dados. Entretanto, os dados do Ministério da Saúde chegavam até o bairro como unidade espacial menor. Mesmo assim, as taxas de homicídio por bairro seriam altamente instáveis, por causa do pequeno número de homicídios por bairro, razão pela qual a análise dos homicídios foi realizada tomando-se como base as regiões administrativas. Portanto, deveremos analisar os dados socioeconômicos dentro de um mesmo nível, ou seja, a Região Administrativa.

Para se medir o *status* socioeconômico foram calculados, a partir dos dados do IBGE para cada setor censitário, índices para cada unidade geográfica. Estes dados abrangeram componentes como renda, escolaridade, serviços urbanos e alguns outros elementos que podem servir de indicadores. Também foram realizadas análises estatísticas multivariadas, como análise de componentes principais, para se encontrar indicadores que pudessem medir as dimensões desejadas e que mostrassem um alto grau de intercorrelação entre si, ou seja, indicadores com alto grau de validade e confiabilidade.

Desenvolveram-se dois índices compostos: um referente ao *status* dos chefes de família que moravam nessa área, em termos de renda e escolaridade; e outro referente ao nível de desenvolvimento urbano da área em questão. A existência de dois indicadores diferentes fazia sentido teoricamente, na medida em que um deles se concentrava no *status* dos moradores, enquanto o outro apontava diretamente as condições materiais e sociais dessa própria área. O espaço tem um grande interesse como âmbito analítico justamente porque nele confluem diversas variáveis que o influenciam e que se manifestam espacialmente. Pessoas de características diferentes moram em espaços diferentes e é por isso que sofrem determinados fenômenos de forma e intensidade diferentes. Neste caso, pessoas do mesmo *status* tendem a agrupar-se e a residir juntas em áreas determinadas. Mas, ao mesmo tempo, o fato de morarem juntas tem um óbvio impacto sobre o espaço em que vivem, o que acaba por transformá-lo de forma concomitante a seu estilo de vida. Por isso, para estudar a relação entre as dimensões que nos interessam podemos optar tanto por medir diretamente as características dos morado-

res do espaço quanto por medir as próprias características do espaço em que habitam. Por outro lado, os dados da violência estão referidos, em algumas ocasiões, aos moradores de uma área, em outras, às pessoas que sofrem um crime em determinada área. Também por esta razão parece interessante contar com indicadores de *status* destes dois diferentes tipos. Entretanto, podemos indagar se não poderia ser precisamente a deterioração das condições de habitabilidade do espaço, mais do que as características dos moradores, o elemento que poderia desencadear o aumento da violência.

O 'índice de *status* socioeconômico dos chefes de família' foi construído como média aritmética de dois indicadores elaborados a partir de dados do IBGE para cada setor:

- percentagem de chefes de família com uma renda igual ou maior a dois salários mínimos;
- percentagem de chefes de família com primeiro grau completo.

O indicador composto tem um intervalo de valores possíveis entre 0 e 100, correspondendo a uma média de duas percentagens. Quanto maior o valor, maior o *status* socioeconômico e vice-versa. O coeficiente de correlação entre estas duas variáveis, usando bairro como unidade de análise, é alto: 0,73.³ Isto mostra que as duas dimensões estão intimamente relacionadas e medem um fenômeno comum.

Já o 'índice de desenvolvimento urbano' foi calculado como uma média ponderada entre os quatro indicadores elaborados também a partir dos dados do IBGE para cada setor:

- percentagem de domicílios com água da rede geral;
- percentagem de domicílios com esgoto da rede geral;
- percentagem de domicílios com coleta direta de lixo;
- número médio de moradores por dormitório.

A última variável foi submetida a uma transformação linear com dois objetivos: invertê-la para que um número alto passasse a significar maior *status* e vice-versa; e conferir-lhe um intervalo que fosse de 0 a 100, igual às outras variáveis. Depois de feita a transformação foi calculada uma média entre as quatro variáveis, mas outorgando a esta última uma ponderação três vezes superior às outras, visto que era a variável mais relevante e que maior confiabilidade mostrava na medição.

O indicador composto tem também um intervalo de valores possíveis entre 0 e 100, mostrando que quanto maior o valor, mais alto o desenvolvimento urbano do lugar. Uma análise estatística de componentes principais, usando as quatro variáveis e o bairro como unidade de análise, exibiu um primeiro fator que explicava um 54% da variância, valor relativamente alto, indicando bom grau de confiabilidade na medição.

A correlação entre os dois tipos de índices, pessoal e de área, sempre usando o bairro como unidade, é bastante alta: 0,77. Isto significa que os dois indicadores têm muito em

³ O coeficiente de correlação tem um valor mínimo possível de -1 e um valor máximo de 1.

comum e respondem, em boa parte, a dinâmicas semelhantes. Neste caso, não se trata de uma taxa de eventos raros, mas de um indicador que leva em conta os domicílios de todos os moradores da área. Em consequência, não existem problemas de instabilidade ou de falta de confiabilidade dos indicadores em nível de bairro. Porém, para poder estabelecer uma comparação com os dados da violência, analisaremos os dados por Região Administrativa. Assim, na Tabela 3, apresentada a seguir, constam os valores dos dois indicadores para cada Região Administrativa.

TABELA 3 – Índices de *status* socioeconômico e de desenvolvimento urbano, por Região Administrativa

Código	Região Administrativa	Índice de <i>Status</i> Socioeconômicos dos Chefes de Família	Índice de Desenvolvimento Urbano
01	Portuária	38,7	70,5
02	Centro	62,2	79,0
03	Rio Comprido	51,4	68,2
04	Botafogo	81,2	87,2
05	Copacabana	83,5	90,1
06	Lagoa	72,9	82,0
07	São Cristóvão	44,3	70,3
08	Tijuca	76,0	82,1
09	Vila Isabel	75,3	83,1
10	Ramos	41,5	73,3
11	Penha	47,3	76,8
12	Inhaúma	45,5	73,5
13	Méier	64,9	81,0
14	Irajá	56,7	79,9
15	Madureira	52,7	77,9
16	Jacarepaguá	57,5	73,8
17	Bangu	45,5	64,8
18	Campo Grande	47,1	61,1
19	Santa Cruz	38,5	57,8
20	Ilha do Governador	63,4	79,2
21	Paqueta	53,2	80,7
22	Anchieta	48,4	76,6
23	Santa Teresa	57,6	75,7
24	Barra da Tijuca	74,5	71,4
25	Pavuna	42,0	73,0
26	Guaratiba	33,2	50,2

MAPA 2 – Índice de *status* socioeconômico dos chefes de família por região administrativa



Fonte: Censo IBGE, 1991.

MAPA 3 – Índice de desenvolvimento urbano por região administrativa



Fonte: Censo IBGE, 1991.

Espacialmente, os mesmos dados aparecem nos Mapas 2 e 3. O Mapa 2 exhibe como o *status* socioeconômico dos chefes é claramente superior na zona sul da cidade e bem inferior nas zonas norte e oeste. As RA de Santa Cruz de Guaratiba, no oeste, e a Portuária, no nordeste, apresentam os índices mais negativos. Entre estas duas faixas extremas, apenas um área de transição que inclui o Centro, o Méier e Jacarepaguá.

Já o Mapa 3 mostra uma demarcação em três áreas: os melhores serviços urbanos e o hábitat mais confortável estão, como sempre, na zona sul. O centro e o norte do município apresentam uma situação intermediária, enquanto as carências mais fortes concentram-se na zona oeste.

À esta altura, falta responder à pergunta fundamental: que influência tem o bem-estar ou o *status* socioeconômico no nível de violência sofrido pelas distintas populações e áreas do município?

Uma inspeção dos mapas mostra uma possível relação entre ambas, já que as taxas de homicídio são mais altas na parte norte do município, justamente a que conta com nível socioeconômico mais baixo e com serviços de infra-estrutura reduzidos. Paralelamente, a zona sul apresenta, simultaneamente, um maior bem-estar e um menor risco de morte violenta para seus moradores. Como exemplo, podemos citar as duas RAs com maior taxa de homicídios – Rio Comprido e São Cristóvão –, que possuem índices de *status* socioeconômico inferiores a 55, além de índices de desenvolvimento urbano inferiores a 80. A RA com menor taxa de homicídios – Botafogo, Lagoa e Barra da Tijuca – apresentam índices socioeconômicos favoráveis. A melhor forma de se observar esta relação é através de diagramas de dispersão entre as taxas de homicídio e os indicadores de bem-estar.

Os Gráficos 2 e 3, a seguir, apresentam exatamente estes diagramas de dispersão bivariados entre a taxa de homicídio e os dois índices de bem-estar – pessoal e espacial.

GRÁFICO 2 – Diagrama de dispersão bivariado: taxas de homicídio e *status* socioeconômico dos chefes de família, por Região Administrativa

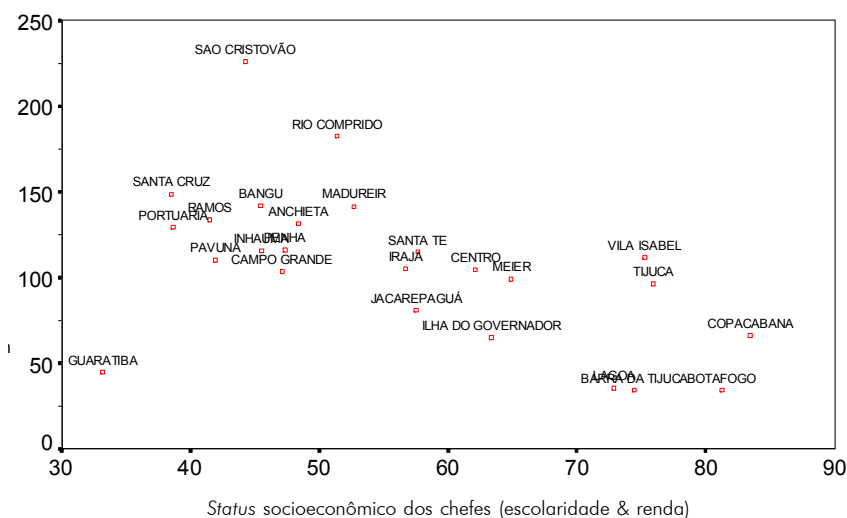
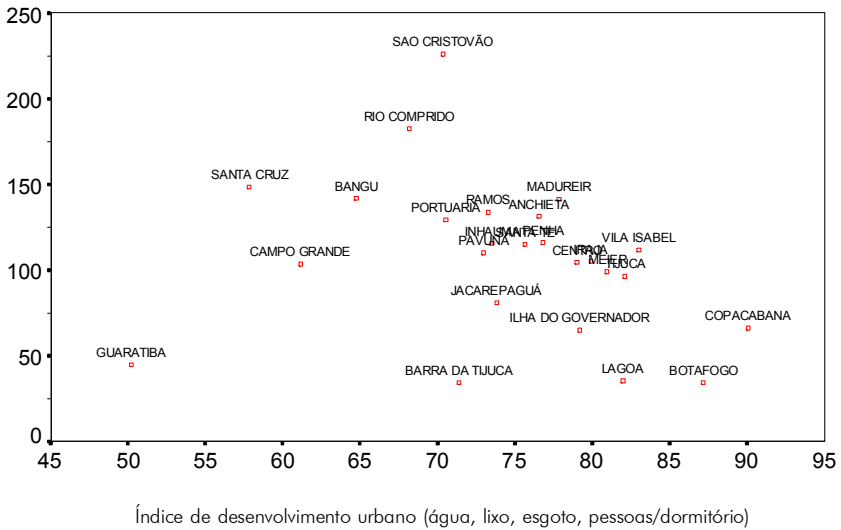


GRÁFICO 3 – Diagrama de dispersão bivariado: taxas de homicídio e desenvolvimento urbano, por Região Administrativa



Os dois diagramas confirmam a provável existência de uma relação entre bem-estar e violência, aparentemente mais clara para o *status* dos chefes de família. Nos dois casos, os pontos parecem se distribuir numa direção noroeste-sudeste, conformando uma relação negativa: quanto maior o bem-estar em uma área, menor o risco aparente de morte violenta para seus moradores. No canto inferior direito do Gráfico 3 aparecem as RAs da zona sul, com baixas taxas de homicídio e altos índices de bem-estar. Contrastando com isso, no canto superior esquerdo do mesmo gráfico, com alto grau de violência, unido à pobreza e aos escassos serviços urbanos, são mostradas muitas das RAs do norte e do oeste do município. Contudo, a relação não é perfeita. Guaratiba é a única área que foge claramente a esta regra: ela detém os piores indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento, mas sua taxa de homicídio é bastante baixa.

Para explorar melhor esta relação, agrupamos os bairros em grupos, segundo seu nível de bem-estar, usando as mesmas categorias visíveis nos mapas: sete categorias para o índice socioeconômico dos chefes e seis para o índice de desenvolvimento urbano. Com estas novas agregações, cada uma das quais com sua população e seu número de homicídios, recalculamos nossas taxas de homicídios para residentes com idade entre 15 e 34 anos. Este procedimento parte de dados medidos em nível de bairro, que, como já dito, é uma unidade pequena e com taxas de homicídios instáveis. No entanto, como os bairros estão, neste caso, integrados em agregados maiores antes de proceder ao cálculo das taxas, o problema da instabilidade das mesmas desaparece. As Tabelas 4 e 5, a seguir, mostram as novas taxas de homicídio segundo os níveis do indicador socioeconômico e de desenvolvimento urbano, respectivamente.

TABELA 4 – Taxa estimada de homicídios para residentes com idade entre 15 e 34 anos, por bairros agrupados segundo o nível socioeconômico dos chefes de família

Índice	Número	Número	População	Taxa
Sócio-Homicídios Econômicos	Bairros Agrupados	Homicídios 15-34 Anos	15-34 Anos	15-34 Anos
1	05	49	43.405	112,9
2	21	452	359.443	125,8
3	37	634	499.573	126,9
4	33	470	404.888	116,1
5	18	146	151.872	96,1
6	25	190	231.657	82,0
7	14	58	174.018	33,3

Fonte: IBGE / Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

TABELA 5 – Taxa estimada de homicídios para residentes com idade entre 15 e 34 anos, por bairros agrupados segundo o nível de desenvolvimento urbano

Índice	Número	Número	População	Taxa
Sócio-Homicídios Econômicos	Bairros Agrupados	Homicídios 15-34 Anos	15-34 Anos	15-34 Anos
1	05	19	31.750	59,8
2	15	249	227.652	109,4
3	27	568	458.686	123,8
4	53	774	616.636	125,5
5	49	352	441.588	79,7
6	4	37	88.544	41,8

Fonte: IBGE / Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

As duas tabelas revelam uma claríssima relação entre violência e bem-estar, embora esta não seja completamente linear. Na realidade, o risco de morte parece ser maior não no estrato socioeconômico mais baixo, mas nos dois seguintes, sofrendo, a partir desse ponto, sofre uma forte queda, com o aumento do nível de bem-estar. É notável que esta relação aconteça tanto nos índices pessoais quanto naqueles que medem características do próprio espaço.

A não-linearidade desta relação é melhor observada nos Gráficos 4 e 5, a seguir, representando os mesmos dados que as Tabelas 4 e 5: taxa de homicídio segundo o nível socioeconômico dos chefes e segundo o nível de desenvolvimento urbano, respectivamente.

GRÁFICO 4 – Taxa estimada de homicídios para residentes com idade entre 15 e 34 anos, por bairros agrupados segundo o nível socioeconômico dos chefes de família

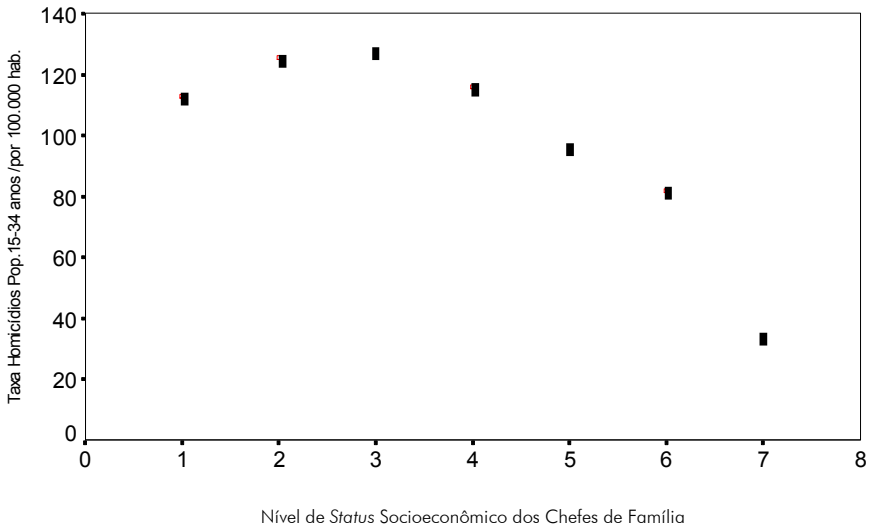
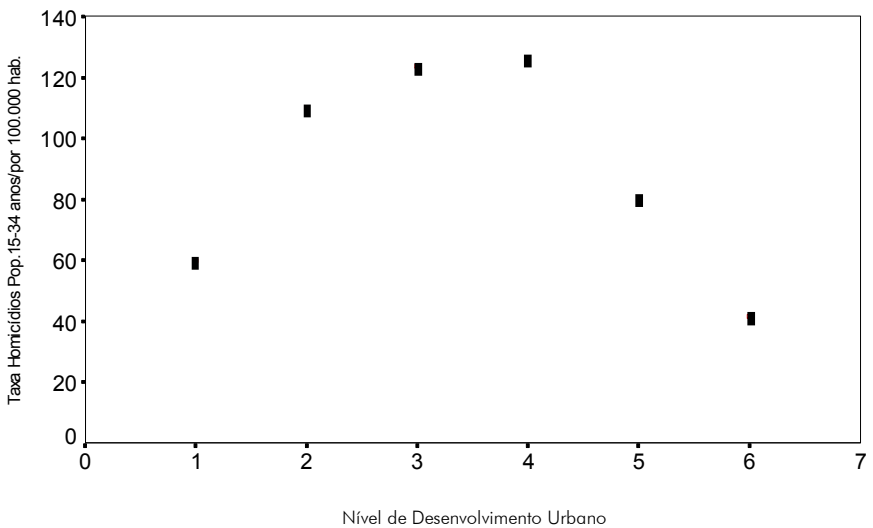


GRÁFICO 5 – Taxa estimada de homicídios para residentes com idade entre 15 e 34 anos, por bairros agrupados segundo o nível de desenvolvimento urbano



A não-linearidade é mais forte no caso do indicador de desenvolvimento urbano, devido ao fato de que o estrato de condições mais precárias é, inclusive, um dos que apresenta taxas de homicídios mais baixas. No entanto, isto é uma consequência exclusiva do efeito referente ao bairro de Guaratiba que, como foi explicado, representa uma exceção por ser um lugar pobre mas relativamente livre da violência letal. Se Guaratiba fosse retirada desta análise, a taxa de homicídio do primeiro estrato subiria para mais de 140 por 100 mil habitantes, superior a de todos os outros estratos.

Examinando estes resultados, poderíamos inferir a possível existência de um certo limiar de bem-estar a partir do qual o risco de violência cai. Segundo esta interpretação, pequenos aumentos do *status* socioeconômico para as populações e áreas mais empobrecidas não se traduziriam automaticamente num menor nível de violência. Só depois de um determinado nível de bem-estar médio é que se produziriam ganhos na redução do risco de violência.

Por último, e para medir a relação entre ambas as dimensões, calculamos o coeficiente de correlação entre a taxa de homicídio e os índices de bem-estar. Convém frisar que o coeficiente mede apenas a relação linear entre duas variáveis e já sabemos que a relação não é perfeitamente linear, neste caso. Essa relação curvilínea não pode ser medida por este coeficiente. Como unidade de análise, usaremos a RA, em lugar do bairro, para evitar a pouca confiabilidade das taxas de homicídio medidas em nível de bairro. Contudo, o reduzido número das RAs (25 no total, pois não foi calculada a taxa no caso de Paquetá) diminui também a confiabilidade no cálculo do coeficiente e reduz as possibilidades de se encontrar um resultado significativo.

TABELA 6 – Correlação entre a taxa estimada de homicídios, para residentes com idade entre 15 e 34 anos, com os índices de bem-estar

Região Administrativa como Unidade de Análise (n = 25)		
	Índice Socioeconômico Chefes de Família	Índice Desenvolvimento Urbano
Taxa Homicídio	-0,55	-0,26

Como já mencionado, o coeficiente de correlação tem um intervalo de -1 a 1, no qual -1 indica máxima relação negativa, enquanto 1 representa máxima relação positiva e 0 significa ausência de relação. A correlação entre o *status* dos chefes e a taxa de homicídio é razoavelmente alta e estatisticamente significativa,⁴ mostrando uma nítida relação negativa entre nível de vida e risco de morte violenta. Este resultado significa que aproximadamente 30% da variância no valor da taxa de homicídios entre as RAs pode ser explicada pelo *status* socioeconômico dos chefes de família.

A correlação entre taxa de homicídio e desenvolvimento urbano é também negativa, conforme esperado, mas não chega a ser estatisticamente significativa, provavelmente por causa

⁴ Considerando um nível de significância de 0,001.

do reduzido número de casos. De qualquer forma, esta correlação é claramente inferior àquela anterior, com o *status* dos chefe de família. Assim, é interessante notar que a relação do risco de violência letal parece ser maior com os indicadores obtidos no tocante à pesquisa envolvendo características das pessoas (renda, escolaridade) do que com os indicadores que medem características do território (serviços urbanos, superpopulação do espaço urbano). Poderíamos arriscar, então, a interpretação de que são as características pessoais, mais do que as características espaciais, as que determinam o nível de risco. Em qualquer caso, as características pessoais têm, obviamente, um reflexo no espaço.

- **Os dados da Pesquisa de Vitimização CPDdoc/ISER**

Tal pesquisa não pode fornecer dados descritivos de interesse sobre a magnitude da violência por áreas, pois só entrevistou pessoas em 102 setores censitários. No entanto, oferece dados privilegiados para estudar a relação do risco de violência com o nível de vida, já que podemos obter estimativas de violência e de bem-estar por setor censitário. O setor censitário é a unidade de análise ideal, por apresentar um alto grau de homogeneidade interna em relação a muitas variáveis, entre as quais o nível de vida. Os indicadores por setor possuem, portanto, uma grande precisão e confiabilidade. Para comparar, lembremos que o nível de agregação menor que utilizamos até agora, o bairro, apresenta um alto grau de heterogeneidade. Copacabana, por exemplo, é considerado como sendo de classe média e média-alta, mas contém três favelas.

Usamos aqui a mesma estratégia aplicada anteriormente. Primeiro, as pessoas entrevistadas foram agrupadas por setores, através do fator/componente 'nível de vida'. Segundo, calculamos os coeficientes de correlação. Os indicadores de bem-estar serão os mesmos utilizados até aqui e provêm da mesma fonte: os registros de setor do IBGE.

O número de pessoas das quais se obteve informação em cada setor variou muito – entre 16 e 367 pessoas. Um terço dos setores contém informação sobre menos de 50 pessoas e mais de 70% deles não chegam a 100 pessoas. Estes pequenos totais trazem, novamente, o problema da instabilidade das taxas, de forma que alguns casos a mais ou a menos possuem um grande impacto sobre o resultado. Por isso, é recomendável agrupar os setores e recalcular as taxas com populações maiores.

As duas variáveis a serem consideradas aqui são: roubos e furtos, de um lado, e agressões, de outro. Em ambos os casos, as taxas são calculadas por cada 1.000 pessoas, já que são eventos muito mais frequentes que o homicídio e, assim, continuar com taxas por 100 mil produziria cifras altas demais. Levando-se em conta todas as pessoas pesquisadas, a taxa de roubo ou furto durante o ano anterior (1996) é de 96,1 por 1.000 habitantes maiores de 16 anos de idade. Isso quer dizer que aproximadamente uma em cada 10 pessoas é roubada ou furtada a cada ano, cifra bastante alta. A taxa de agressão no último ano (1996) é bem menor: 17,0 por cada 1.000 habitantes maiores de 16 anos.

Agrupamos os setores segundo os valores dos indicadores de nível de vida: *status* socioeconômico dos chefes de família e desenvolvimento urbano. As mesmas categorias usadas

antes serão utilizadas aqui: sete para o indicador dos chefes de família e seis para o de desenvolvimento urbano. A Tabela 7, a seguir, exibe as taxas segundo o indicador de *status* socioeconômico dos chefes de família; a Tabela 8, segundo o indicador de desenvolvimento urbano.

TABELA 7 – Taxa de roubos e furtos e taxa de agressões, por setores agrupados segundo o nível socioeconômico dos chefes de família

Índice Socio-Econômicos Hab.	Número de Setores Agrupados	Número de Pessoas	Taxa de Roubo e Furto	Taxa de Agressões
1	11	1.162	40,4	16,4
2	19	2.144	75,1	12,1
3	15	1.357	64,8	8,8
4	13	1.109	114,5	14,4
5	16	779	106,5	21,8
6	11	528	149,6	17,0
7	17	982	193,5	38,7

TABELA 8 – Taxa de roubos e furtos e taxa de agressões, por setores agrupados segundo o nível de desenvolvimento urbano

Índice Desenvolvimento Urbano	Número de Setores Agrupados	Número de Pessoas	Taxa de Roubo e Furto por 1.000 Hab.	Taxa de Agressões Por 1.000 Hab.
1	05	800	47,5	5,0
2	11	1.107	76,8	19,9
3	23	2.312	67,9	10,4
4	15	1.132	102,5	13,3
5	39	2.319	123,8	25,0
6	09	391	235,3	35,8

Os dois indicadores mostram uma relação parecida com a da taxa de roubos e furtos. Pode-se observar uma clara tendência destas taxas subirem à medida que melhora o nível de vida dos setores. A relação parece bastante forte, apesar de algumas categorias apresentarem, às vezes, pequenos retrocessos ou rupturas da relação linear. Ela pode ser examinada com maior facilidade no Gráficos 6 e 7, que exibem informação apresentada nas Tabelas 9 e 10, respectivamente.

GRÁFICO 6 – Taxa de roubos e furtos, por setores agrupados segundo o nível socioeconômico dos chefes de família

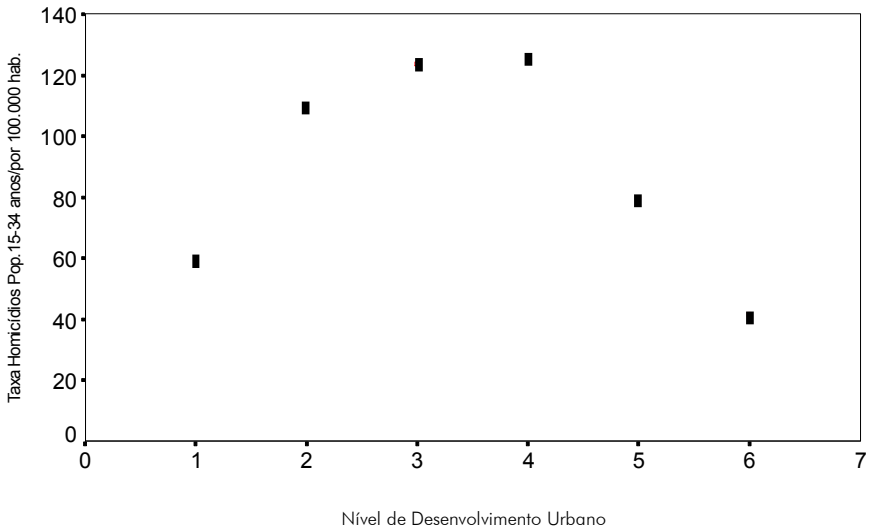
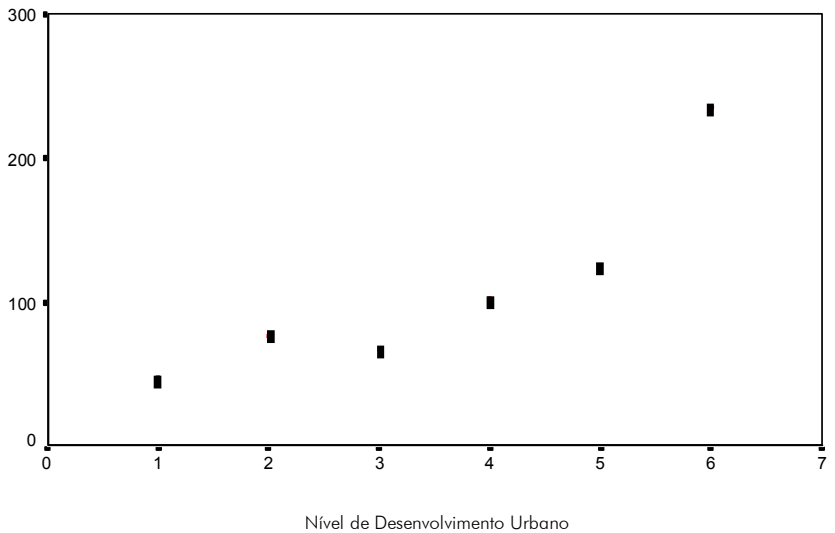


GRÁFICO 7 – Taxa de roubos e furtos, por setores agrupados segundo o nível de desenvolvimento urbano



A relação antes mencionada se torna claramente visível nestes gráficos e parece ser mais uniforme quando se considera o indicador de desenvolvimento urbano. Neste último caso, a categoria mais alta apresenta taxas elevadíssimas de roubos e furtos, duplicando as das categorias imediatamente anteriores e quadruplicando as das áreas com piores serviços urbanos. Em suma, se os residentes nas áreas mais ricas e mais desenvolvidas exibiam um risco de morte violenta muito inferior ao das áreas empobrecidas, o contrário acontece em relação ao risco de ser roubado ou furtado. A probabilidade de ser vítima de delitos contra a propriedade, e de sofrer a violência associada aos mesmos, parece ser muito maior para as pessoas que moram nas áreas mais privilegiadas da cidade. Isto pode ser interpretado no sentido de que os delitos contra a propriedade são cometidos, logicamente, contra pessoas de maior renda.

Na realidade, as diferenças no risco de ser furtado ou assaltado são notáveis entre os moradores de apenas alguns territórios urbanos.

Contudo, devemos lembrar que estes delitos não implicam necessariamente violência, porque incluem também o furto e este não deve ser separado do roubo, já que muitas pessoas não possuem um conceito diferenciado dos dois.

Já a 'agressão' não revela uma relação clara com o nível de vida. As duas tabelas anteriores apresentam uma flutuação um tanto errática dos valores das taxas de agressões, em razão do fator/componente 'bem-estar'. Porém, as duas coincidem num ponto: a alta taxa de agressões para o grupo mais alto, ou seja, para as pessoas com maior nível de renda e de escolaridade e que moram em lugares que possuem todos os serviços urbanos. Não dispomos de uma explicação clara para estes resultados. Uma ressalva que pode ser feita aqui é que estas taxas poderiam depender da interpretação que as pessoas possam dar ao termo 'agressão'. Poderíamos especular, então, que esta interpretação poderia variar entre os diferentes grupos sociais e isso estaria influenciando os resultados.

Por último, analisemos o coeficiente de correlação entre as taxas de roubos e furtos, e de agressões, com os indicadores de bem-estar. A unidade de análise é o setor censitário e o número de setores para este cálculo é 102, apropriado para calcular o coeficiente. Mas, como já dito, o problema reside na instabilidade das próprias taxas medidas no nível de setor censitário, visto que em muitos deles foram entrevistadas apenas poucas pessoas. Trata-se, portanto, de medidas de escassa confiabilidade quando tomadas caso a caso. A Tabela 9, a seguir, mostra os valores de todos os coeficientes de interesse.

TABELA 9 – Correlação entre a taxa de roubos e furtos e a taxa de agressões com os índices de bem-estar

Desenvolvimento	Índice Socioeconômico Chefes de Família	Índice Urbano
Taxa Roubos/Furtos	0,58	0,49
Taxa Agressões	0,18	0,21

Os coeficientes de correlação significativos e relativamente altos entre a taxa de roubos e furtos e os dois índices de bem-estar confirmam a relação positiva entre nível de vida e risco de ser roubado ou furtado. De fato, um terço da variância desta taxa pode ser explicada em razão do *status* socioeconômico. Mais uma vez, o indicador medido em nível pessoal (chefes de família) mostra maior relação que o indicador medido em nível espacial (serviços urbanos). Assim, reforça-se a interpretação de que são sobretudo as características da pessoa, mais do que as características do lugar onde mora, que determinam o risco.

A taxa de agressões apresenta uma correlação positiva, mas baixa, com os indicadores de nível de vida, que só chega a ser estatisticamente significativa no caso do índice de desenvolvimento urbano. Estas pequenas correlações são devidas ao fato, observado anteriormente, de que uns poucos setores de bem-estar muito alto possuem taxas de agressões mais altas.

- **Os registros policiais**

Esta informação, diferentemente das fontes anteriores, está registrada segundo o lugar onde aconteceu o crime e não segundo a residência.

É necessário lembrar aqui que não possuímos os dados do número de residentes do território de cada delegacia. Estas, apresentam uma extensão muito desigual com relação umas às outras, como pode ser visto nos mapas (ao final deste capítulo), mas não podemos supor nada em relação a sua população. Em conseqüência, não é possível calcular taxas nem riscos, restando apenas o número bruto de crimes registrados. Em termos práticos, nos falta o denominador das taxas; contamos apenas com o numerador.

Isto significa que os registros policiais têm um valor ilustrativo e não podem ser usados diretamente para calcular riscos de sofrer violência. Portanto, não podem também ser utilizados para medir a relação entre a violência e outras dimensões, como o bem-estar social. Seu maior valor reside em entender a distribuição dos crimes registrados pelo sistema de controle social formal (polícia e judiciário), segundo a sua própria organização espacial. Por exemplo, as delegacias com alto índice de crimes correm o risco de se verem saturadas na investigação e resolução dos mesmos.

Três tipos de crimes foram considerados: homicídio doloso, lesões dolosas e roubos. Também neste caso os furtos foram excluídos por não envolver violência, visto que a diferenciação entre furtos e roubos é feita pela própria polícia, por meio de critério técnico.

A Tabela 10, a seguir, descreve o número de cada um desses três delitos registrados durante 1995, em cada delegacia. Totaliza 38 o número de delegacias em atividade, numeradas de 1 a 40 (excetuando-se a oitava e a décima primeira, que não existem).

TABELA 10 – Número de homicídios dolosos, lesões dolosas e roubos registrados anualmente por delegacia – 1995

	Delegacia Policial	Homicídios Dolosos	Lesões Dolosas	Roubos
01	Praça Mauá	13	107	457
02	Saúde	37	113	374
03	Castelo	19	190	651
04	Praça da República	20	115	404
05	Mem de Sá	19	296	392
06	Praça Onze de Junho	70	362	639
07	Santa Teresa	58	117	79
08	Flamengo	51	354	941
09	Botafogo	30	277	735
10	Copacabana	42	545	471
11	Ipanema	12	238	333
12	Leblon	06	222	555
13	Gávea	44	269	321
14	Barra da Tijuca	96	464	904
15	São Cristóvão	113	294	1.151
16	Praça da Bandeira	37	189	1.168
17	Tijuca	74	398	1.240
18	Grajaú	103	355	956
19	Bonsucesso	240	445	1.958
20	Penha	130	334	1.443
21	Méier	120	460	1.244
22	Piedade	130	381	1.013
23	Engenho Novo	90	310	1.187
24	Todos os Santos	37	236	590
25	Vicente de Carvalho	89	467	991
26	Madureira	87	460	1.210
27	Magno	115	399	1.391
28	Marechal Hermes	85	600	1.045
29	Ricardo de Albuquerque	139	491	859
30	Jacarepaguá	172	1.011	1.243
31	Realengo	134	565	759
32	Bangu	276	904	897
33	Campo Grande	270	631	1.054
34	Santa Cruz	316	596	526
35	Ilha do Governador	73	635	487
36	Brás de Pina	101	405	1.566
37	Pavuna	125	227	746
38	Honório Gurgel	171	388	985
	TOTAL	3.744	14.850	32.965

Fonte: Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro.

O número de homicídios dolosos registrados anualmente na capital está próximo dos 4 mil. A proporção entre homicídios e lesões dolosas denunciadas é de 1 para 4. Mas predominam sobretudo as denúncias de crimes contra a propriedade. O número de roubos aproxima-se dos 33 mil e o número de furtos, que não aparece nesta tabela, ultrapassa a casa dos 34 mil.

Do total de 32.965 roubos registrados, aproximadamente a metade (16.327) é relativa a roubos de veículos. A segunda categoria mais importante relaciona-se aos roubos a transeuntes (23% do total). Duas conclusões podem ser extraídas desta decomposição. Primeiro, que os roubos mais comuns têm como vítimas as pessoas que transitavam ou dirigiam nessa área, isto é, os transeuntes, e não necessariamente moradores. Em conseqüência, estes registros não têm porque se encaixar perfeitamente com os dados baseados em residentes. A segunda conclusão é a de que os roubos denunciados são preferencialmente aqueles que atingem objetos de muito valor e que, em muitas ocasiões, estão segurados, como é o caso dos veículos. O seguro torna obrigatória a denúncia para se poder recuperar o valor do bem. É bastante provável que a proporção de sub-registro seja muito maior para outros tipos de bens, de menor valor e que não estejam segurados.

O número de crimes registrados varia muito de uma delegacia para outra. O de homicídios dolosos oscila entre seis, na delegacia com menos casos, e 316 na que registra maior número de mortes violentas. As lesões dolosas variam entre pouco mais de 100, nas delegacias mais tranquilas, até mais de 1.000 para a delegacia com mais casos. O número de roubos muda desde menos de 80, na melhor das hipóteses, para mais de 1.900 na delegacia com acúmulo maior de denúncias. Em resumo, as delegacias não parecem distribuir-se equitativamente em relação ao número de delitos denunciados em cada área, nem adaptar-se a esta heterogeneidade.

As delegacias que registram um número elevado de homicídios dolosos tendem também a receber mais denúncias de lesões dolosas. De fato, o coeficiente de correlação entre ambas as variáveis é bastante alto (0,67). Isto pode ser creditado, em parte, ao fato de que as delegacias que atendem uma população maior, ou se localizam em áreas mais perigosas, tenderão a contabilizar mais delitos de todo tipo. Porém, outra provável causa desta relação é a de que as lesões dolosas podem ser resultado de tentativas de homicídio ou, dito de outro modo, que os mesmos ataques físicos que resultam em lesões dolosas também podem acabar em homicídio. De fato, a correlação de cada um destes crimes com o número de roubos por delegacia é bem inferior (0,44 e 0,35, respectivamente); isto sublinha a idéia de que a relação entre homicídios e lesões dolosas vai além da relação entre dois tipos quaisquer de crimes, e tem uma interpretação em razão da natureza desses delitos. Neste sentido, estes dois tipos de crimes responderiam a um fenômeno comum e seguiriam um mesmo padrão espacial.

Os Mapas 4, 5 e 6 (ao final) apresentam espacialmente o número de homicídios dolosos, lesões dolosas e roubos, respectivamente, por delegacia.

Os homicídios dolosos são mais numerosos nas delegacias da zona oeste da cidade e, em segundo lugar, na zona norte, as áreas mais empobrecidas. Eles acontecem com bem menos freqüência na zona sul e no centro, as áreas nobres da cidade. Esta distribuição geográfica coincide, em termos gerais, com a do mapa de taxas de homicídio baseado nas certidões de óbito, exceto por uma melhor situação do centro, no caso atual. Provavelmente, isto se deve ao fato de que o centro tem poucos casos, mas também poucos habitantes residentes, razão pela

qual o número bruto pode ser relativamente baixo e a taxa comparativamente maior. É conveniente lembrar que os critérios de classificação de um homicídio não são os mesmos para a polícia e para o Ministério da Saúde. Em suma, mesmo que estes dados só tenham um caráter ilustrativo, seu padrão espacial parece bastante coincidente com o obtido na primeira fonte.

As lesões dolosas (Mapa 5) mostram uma distribuição espacial similar por delegacias, só que ainda mais polarizada. As delegacias da metade oeste do município registram um número bem maior de casos que a outra metade. Já as delegacias do centro da cidade são as que menos casos recebem. A principal diferença na distribuição espacial, entre homicídios e lesões dolosas, reside no número relativamente menor de casos deste último tipo nas delegacias da zona norte.

Os roubos (Mapa 6) exibem um padrão diferente, com um maior número de casos registrados na zona norte, o menor na zona sul e a zona oeste como área intermediária. Estes resultados não parecem se encaixar bem com as taxas de roubo e furto calculadas com a pesquisa de vitimização, que mostravam uma clara correlação positiva entre nível de vida e risco de ser roubado e furtado, mesmo considerando que essas mesmas taxas são calculadas com população residente, enquanto estes registros estão referidos ao lugar de ocorrência e não à residência da vítima. Neste caso, são as delegacias da zona norte, mais pobre, as que recebem maior volume de denúncias de roubo, não as da zona sul, como seria de esperar. A explicação pode residir no padrão divergente de roubos e furtos. Lembremos que o primeiro é um atentado ao direito de propriedade usando a violência ou a ameaça dela, enquanto o segundo é realizado sem violência.

De fato, a correlação entre o número de roubos e de furtos em cada delegacia não é estatisticamente significativa (0,13), o que começa a mostrar que são dois tipos de crime que se manifestam de forma diferente, pelo menos quanto a sua distribuição espacial. Um exame detalhado das cifras de furtos para cada delegacia mostra que realmente as que registram maior número de furtos não coincidem com as que registram maior número de roubos.

As delegacias com maior registro de furtos localizam-se sobretudo na zona sul (Botafogo, Flamengo, Copacabana, Barra de Tijuca etc.). A delegacia com o número máximo, Tijuca, não é formalmente considerada como parte da zona sul, mas possui também um nível de vida e de serviços moderadamente alto, como pode ser comprovado nos Mapas 2 e 3, apresentados anteriormente.

Por outro lado, as delegacias com maior número de roubos estão localizadas, como já sabíamos, na zona norte (Bonsucesso, Brás de Pina, Penha, Magno).

Em resumo, estes dados, mesmo que indicativos, podem ser interpretados da seguinte forma: as áreas socioeconomicamente privilegiadas do território sofrem mais crimes contra a propriedade. No entanto, isto se limita a crimes realizados sem violência – o furto –, enquanto os crimes violentos contra a propriedade continuam sendo mais abundantes nas áreas menos favorecidas. Assim, as zonas mais desenvolvidas e privilegiadas da cidade parecem possuir índices de violência mais baixos, mesmo no que diz respeito à violência vinculada aos delitos contra a propriedade.

CONCLUSÕES

O Rio de Janeiro tem uma imagem de cidade violenta, confirmada pelos indicadores analisados. Porém, essa violência não se manifesta de forma homogênea por toda a cidade, cujo território insere realidades bem distintas. O risco de sofrer violência no seu grau extremo – o homicídio – é quase sete vezes mais alto para os moradores de certas áreas do que para os de outras. As pessoas que residem na zona norte e, em menor medida, na zona oeste do município, apresentam maior risco relativo de serem assassinadas. Por sua vez, os moradores da zona sul são os mais poupados dos atentados contra o direito à vida.

Os dados mostram uma notável e inequívoca relação inversa entre e o nível de vida, medido tanto em termos das características das pessoas como do próprio espaço onde elas moram, e a violência letal. São os moradores de áreas pobres e com escassos serviços urbanos os mais expostos à morte violenta e, em contrapartida, as classes sociais mais privilegiadas e residentes nos melhores lugares da cidade são as que estão mais protegidas deste tipo de violência. Análises mais específicas mostraram que esta relação não é exatamente linear e que as taxas de homicídios são comparavelmente altas para as pessoas que moram em zonas de classe média-baixa e baixa. Aparentemente, é apenas a partir de um certo limiar de bem-estar, nas classes médias, que estas taxas começam a decrescer, e decrescem tanto mais quanto maior for o nível de vida. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que seria preciso dotar a população de um certo nível mínimo de bem-estar para que isto contribuísse para começar a ajudar a diminuir o risco de violência letal.

As pesquisas de vitimização revelaram que o risco de sofrer crimes contra a propriedade também oscila muito segundo a área de residência. Os moradores de algumas áreas apresentaram um risco de serem roubados ou furtados até cinco vezes superior ao de outras. Contrariamente aos homicídios, neste caso são os moradores das áreas mais abastadas e com maior desenvolvimento urbano os mais expostos a um maior risco de serem vítimas de roubos e furtos. A incidência destes delitos é especialmente elevada entre as pessoas do estrato social mais alto. As agressões físicas, porém, não mostram um padrão claro de relação com o nível de vida.

Os dados da polícia, diferentemente das fontes anteriores, aparecem registrados espacialmente segundo o lugar onde aconteceu a violência e não segundo a residência das vítimas. Infelizmente, a ausência de informação sobre as populações de referência inviabiliza a estimação de indicadores de risco para cada área. Portanto, estes dados possuem apenas um valor ilustrativo. A distribuição geográfica dos homicídios por delegacia apresenta um razoável nível de coincidência com as taxas para os moradores de cada área. Os homicídios dolosos, assim como as lesões dolosas, são ocorrências mais frequentes nas delegacias do norte e do oeste da cidade, com uma situação mais negativa nesta última área, em comparação com o resultado das taxas. A zona sul continua se apresentando como um 'oásis' relativo em relação à violência.

Por outro lado, o número de registros de roubo é mais alto também nas delegacias da zona norte da cidade e menor nas da zona sul, contradizendo aparentemente os resultados da pesquisa de vitimização. Porém, tal pesquisa considerava roubo e furto conjuntamente. O furto, contrariamente ao roubo, é realizado sem violência nem ameaça. Na realidade, os dados

policiais mostram que a distribuição geográfica de ambos os delitos é muito diferente. De fato, as delegacias da zona sul parecem receber muitas denúncias de furtos e, em menor medida, de roubos, enquanto o contrário parece tender a acontecer nas delegacias da zona norte. Assim, podemos interpretar que as áreas mais ricas e desenvolvidas da cidade, mesmo sendo vítimas de crimes contra a propriedade em maior medida, são relativamente poupadas da violência associada a este tipo de delito. Esta forma de violência continuaria sendo mais freqüente, como sempre, no norte do território.

Em suma, a violência introduz mais uma desigualdade social e territorial em uma cidade que já é bastante desigual. Estas diferenças entre os grupos sociais e os espaços que habitam parecem estar intimamente vinculadas entre si. Cabe aos cientistas sociais tentar aprofundar as relações e os processos causais correspondentes.

MAPA 4 – Número de homicídios dolosos por delegacia



Fontes: Registros de Ocorrência – Incidência Geral de Infrações Penais 1995 – Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

MAPA 5 – Número de lesões dolosas por delegacia



Fontes: Registros de Ocorrência – Incidência Geral de Infrações Penais 1995 – Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

MAPA 6 – Número de roubos por delegacia



Fontes: Registros de Ocorrência – Incidência Geral de Infrações Penais 1995 – Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LÓPEZ, A. D. Causes of death in industrial and developing countries: estimates for 1985-1990. In: JAMISON, D. T. *Desease Control Priorities in Developing Countries*. New York: Oxford University Press, 1993.

OUTROS TÍTULOS DA EDITORA FIOCRUZ EM CATÁLOGO^(*)

- Estado sem Cidadãos: seguridade social na América Latina.* Sônia Fleury, 1994. 249p.
- Saúde e Povos Indígenas.* Ricardo Santos & Carlos E. A. Coimbra (Orgs.), 1994. 251p.
- Saúde e Doença: um olhar antropológico.* Paulo César Alves & Maria Cecília de Souza Minayo (Orgs.), 1994. 174p. 1ª Reimpressão: 1998.
- Principais Mosquitos de Importância Sanitária no Brasil.* Rotraut A. G. B. Consoli & Ricardo Lourenço de Oliveira, 1994. 174p. 1ª Reimpressão: 1998.
- Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas.* Vera Portocarrero (Org.), 1994. 268p. 1ª Reimpressão: 1998.
- Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica.* Paulo Amarante (Org.), 1994. 202p. 1ª Reimpressão: 1998.
- O Controle da Esquistossomose.* Segundo relatório do Comitê de Especialistas da OMS, 1994. 110p.
- Vigilância Alimentar e Nutricional: limitações e interfaces com a rede de saúde.* Inês Rugani R. de Castro, 1995. 108p.
- Hanseníase: representações sobre a doença.* Lenita B. Lorena Claro, 1995. 110p.
- Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira.* Nara Britto, 1995. 111p.
- A Responsabilidade pela Saúde: aspectos jurídicos.* Hélio Pereira Dias, 1995. 68p.
- Sistemas de Saúde: continuidades e mudanças.* Paulo M. Buss e Maria Eliana Labra (Orgs.), 1995. 259p. (co-edição com a Editora Hucitec)
- Só Rindo da Saúde.* Catálogo de exposição itinerante de mesmo nome, 1995. 52p.
- A Democracia Inconclusa: um estudo da Reforma Sanitária brasileira.* Silvia Gerschman, 1995. 203p.
- Atlas Geográfico de las Malformaciones Congénitas en Sudamérica.* Maria da Graça Dutra (Org.), 1995. 144p.
- Ciência e Saúde na Terra dos Bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903-1916.* Luiz Antonio Teixeira, 1995. 187p.
- Profissões de Saúde: uma abordagem sociológica.* Maria Helena Machado (Org.), 1995. 193p.
- Recursos Humanos em Saúde no Mercosul.* Organização Pan-Americana da Saúde, 1995. 155p.
- Tópicos em Malacologia Médica.* Frederico Simões Barbosa (Org.), 1995. 314p.
- Agir Comunicativo e Planejamento Social: uma crítica ao enfoque estratégico.* Francisco Javier Uribe Rivera, 1995. 213p.
- Metamorfoses do Corpo: uma pedagogia freudiana.* Sherrine Njaine Borges, 1995. 197p.
- Política de Saúde: o público e o privado.* Catalina Eibenschutz (Org.), 1996. 364p.
- Formação de Pessoal de Nível Médio para a Saúde: desafios e perspectivas.* Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.), 1996. 222p.
- Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40.* Sérgio Carrara, 1996. 339p.

(*) por ordem de lançamento/ano.

- O Homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria.* Paulo Amarante, 1996. 141p.
- Raça, Ciência e Sociedade.* Ricardo Ventura Santos & Marcos Chor Maio (Orgs.), 1996. 252p. (co-edição com o Centro Cultural Banco do Brasil). 1ª Reimpressão: 1998.
- Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar.* Pedro Teixeira & Silvio Valle (Orgs.), 1996. 364p. 1ª Reimpressão: 1998.
- VI Conferência Mundial sobre a Mulher.* Série Conferências Mundiais das Nações Unidas, 1996. 352p.
- Prevención Primaria de los Defectos Congénitos.* Eduardo E. Castilla, Jorge S. Lopez-Camelo, Joaquin E. Paz & Iêda M. Orioli, 1996. 147p.
- Clínica e Terapêutica da Doença de Chagas: uma abordagem prática para o clínico geral.* João Carlos Pinto Dias & José Rodrigues Coura (Orgs.), 1997. 486p.
- Do Contágio à Transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico.* Dina Czeresnia, 1997. 120p.
- A Endemia Hansênica: uma perspectiva multidisciplinar.* Marcos de Souza Queiroz & Maria Angélica Puntel, 1997. 120p.
- Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas.* Zulmira Maria de Araújo Hartz (Org.), 1997. 131p.
- Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro.* Rosana Magalhães, 1997. 87p.
- A Miragem da Pós-Modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização.* Silvia Gerschman & Maria Lucia Werneck Vianna (Orgs.), 1997. 226p.
- Equidade e Saúde: contribuições da epidemiologia.* Rita Barradas Barata, Maurício Lima Barreto, Naomar de Almeida Filho & Renato P. Veras (Orgs.) Série Epidemiológica, v.1, 1997. 256p. (co-edição com a Abrasco)
- Os Diários de Langsdorff – v.1 (Rio de Janeiro e Minas Gerais, 08 de maio de 1824 a 17 de fev. de 1825) e v.2 (São Paulo, de 1825 a 22 de nov. de 1826).* Danuzio Gil Bernardino da Silva (Org.), 1997. 400p. (v.1) e 333p. (v.2) (co-edição com a Associação Internacional de Estudos Langsdorff e Casa de Oswaldo Cruz)
- Os Médicos no Brasil: um retrato da realidade.* Maria Helena Machado (Coord.), 1997. 244p.
- Cronobiologia: princípios e aplicações.* Nelson Marques & Luiz Menna-Barreto (Orgs.), 1997. 328p. (co-edição com a EdUSP)
- Saúde, Trabalho e Formação Profissional.* Antenor Amâncio Filho & Maria Cecília G. B. Moreira (Orgs.), 1997. 138p.
- Atlas dos Vetores da Doença de Chagas nas Américas (v.1 – ed. bilíngüe).* Rodolfo U. Carcavallo, Itamar Galíndez Girón, José Jurberg & Herman Lent (Orgs.), 1997. 393p.
- Doença: um estudo filosófico.* Leonidas Hegenberg, 1998. 137p.
- Epidemiologia da Imprecisão: processo saúde/doença mental como objeto da epidemiologia.* José Jackson Coelho Sampaio, 1998. 130p.
- Saúde Pública: uma complexidade anunciada.* Mario Iván Tarride, 1998. 107p.
- Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas.* Luiz Fernando Dias Duarte & Ondina Fachel Leal (Orgs.), 1998. 210p.
- Loucos pela Vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil.* Paulo Amarante (Coord.), 1998. (2ª edição revista e ampliada)